

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.981 - PR (2019/0216547-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ARLETE TEREZINHA BAZZO PACHECO DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **LUIS RENATO CARVALHO PINTO - PR013317**
 SÍLVIA REGINA ABDALLA FAGUNDES GROBE - PR011075
AGRAVADO : **TANEYOSHI MAEDA**
AGRAVADO : **CLARICE YOSHIIZUMI MAEDA**
ADVOGADO : **SEBASTIAO JOSE ROMAGNOLO - SP070711**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. 1. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973; TEMA 243. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO (CPC/2015, ART. 1.042). 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. 3. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Arlete Terezinha Bazzo Pacheco dos Santos contra decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que inadmitiu o recurso especial manejado em desfavor de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 288-289):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DE TERCEIRO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE CONTRARRAZÕES - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO CONCERNENTE A OMISSÃO DA SENTENÇA - MATÉRIA DISCUTIDA NOS AUTOS QUE PODE SER ANALISADA PELO TRIBUNAL, CONSOANTE DETERMINA O ART. 1.013, §1º DO CPC PRELIMINAR AFASTADA - DO APELO APLICAÇÃO DA PENA DE CONFISSÃO - POSSIBILIDADE - EMBARGADA QUE DEIXOU DE COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - BEM IMÓVEL PENHORADO EM EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E POSTERIORMENTE ALIENADO PARA TERCEIRO - EXEQUENTE QUE DEIXOU DE REALIZAR A AVERBAÇÃO DA PENHORA NA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA A FIM DE DAR PUBLICIDADE DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL PERANTE TERCEIROS - ÔNUS QUE LHE COMPETIA EM OBEDIÊNCIA AO ART. 659, §4º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 - FRAUDE À EXECUÇÃO PELOS TERCEIROS EMBARGANTES, ADQUIRENTES DO IMÓVEL NÃO EVIDENCIADA - CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DO IMÓVEL

Superior Tribunal de Justiça

VÁLIDO E EFICAZ PERANTE A EXEQUENTE - SENTENÇA REFORMADA - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA INVERTIDO - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a insurgente apontou a existência de divergência jurisprudencial e de ofensa aos arts. 108 e 1.245 do CC; e 489, § 1º, IV, do CPC/2015; e à Súmula 303 do STJ.

Defendeu, em síntese, a manutenção da penhora, ao argumento de que, "não tendo comprovação de que fora registrado o contrato particular no competente Registro de Imóveis no Guarujá, assumiram os compradores o risco da compra, sopesando ainda o valor irrisório da venda e a ausência de certidões válidas" (e-STJ, fl. 798).

Aduziu, ainda, a negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal estadual e que os encargos de sucumbência são devidos pelas embargantes, as quais não registraram a transferência do imóvel.

Contrarrazões apresentadas às fls. 839-862 (e-STJ).

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial sob o fundamento de ter a questão acerca da fraude à execução sido julgada segundo o rito do art. 543-C do CPC/1973, bem como em razão da via inadequada para análise de eventual contrariedade a enunciado de súmula e de ter o acórdão analisado de forma fundamentada todas as alegações da parte.

Contraminuta às fls. 882-899 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, constata-se que foi negado seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, pois a questão acerca da fraude à execução foi decidida na Corte estadual em conformidade com precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo: REsp n. 956.943/PR - Tema 243.

Assim, entendo que não merece conhecimento o presente agravo nesse ponto. Isso porque se trata de recurso incabível, conforme entendimento proferido pela

Superior Tribunal de Justiça

Terceira Turma desta Corte no julgamento do AREsp n. 959.991/RS, desta relatoria, julgado em 16/8/2016 e publicado em 26/8/2016.

Além disso, dispõe o art. 1.030, § 2º, do CPC/2015 que, uma vez negado seguimento ao recurso especial na instância *a quo*, tendo em vista a conformidade do entendimento exarado pelo acórdão recorrido com o firmado em julgamento repetitivo por este Tribunal Superior, a irresignação da parte com a decisão de admissibilidade proferida pela Corte de origem deve se dar por meio de agravo interno, nos termos do art. 1.021 do CPC/2015.

Registre-se, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

No caso, a agravante não impugnou especificamente o fundamento da decisão agravada concernente à impossibilidade de análise de ofensa a enunciado de súmula, o que inviabiliza o conhecimento do agravo.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA Nº 115/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC. 1. É inexistente, na instância especial, recurso interposto por advogado sem procuração nos autos (Súmula nº 115/STJ). 2. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo. 3. Agravo regimental conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido. (AgRg no AREsp n. 321.387/RS, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC/73. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. MULTA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Incumbe ao relator não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que

Superior Tribunal de Justiça

não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, inciso III, do CPC/2015). 2. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC/73. 3. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 941.193/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 23/11/2016)

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em 2% sobre o valor da causa em favor do advogado da parte recorrida.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator